



## A POLÍTICA DE ENSINO SUPERIOR NO CEARÁ: o caso da Universidade Estadual do Ceará

Danielle Coelho Alves<sup>1</sup>  
Epitácio Macário<sup>2</sup>  
Eleria Sobral do Vale<sup>3</sup>

### Resumo

Neste trabalho apresentam-se resultados preliminares da pesquisa “Política de educação superior no Estado do Ceará no período 2007-2011 – o caso da Universidade Estadual do Ceará”, analisando-se variáveis da evolução recente do ensino universitário no âmbito nacional e estadual à luz da literatura crítica.

**Palavras- chave:** Ensino superior, public x privado, política educacional.

### Abstract

In this paper we present preliminary results of the research "policy of higher education in the state of Ceará in the period 2007-2011 - the case of the State University of Ceara", analyzing variables of recent developments in university education at the national and state birth literary criticism.

**Keywords:** Higher Education, Public x Private, educational policy

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: daniellecoelhoalves@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Doutor. Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: epitacio.macario@uece.br

<sup>3</sup> Doutor. Universidade Estadual do Ceará (UECE)



## 1. INTRODUÇÃO

As contra reformas neoliberais tiveram impactos estruturais sobre o Estado, que passou a intervir mais fortemente no sentido de garantir o livre mercado e refluíu no campo das políticas universais de garantia da cidadania. Informada por esse ideário, a política de ensino superior no Brasil vem experimentando significativas mudanças seja quanto ao financiamento, ao protagonismo público ou privado, seja, ainda, nas estratégias de expansão com foco na modalidade à distância.

A bibliografia aponta que a reforma universitária objetivou imprimir sobre o sistema público os mesmos parâmetros adotados nas empresas privadas como produtividade, gestão de resultados, eficiência e eficácia. Como consequência, operaram-se transformações significativas na estrutura curricular vinculando-a as demandas do mercado de trabalho e comprimindo o tempo de formação; submeteu-se o financiamento a contratos de gestão que vinculam verbas à expansão das matrículas, objetivando aumentar a razão alunos/professor, como é o caso do REUNI.

Parte das universidades públicas no Brasil busca seguir o modelo alemão sustentado no ensino, na pesquisa e na extensão. Mas as recomendações dos organismos multilaterais indicam a ampliação dos sistemas universitários focados apenas no ensino, o que é recorrente na iniciativa privada. Isto tem despertado a reação política de sujeitos políticos como o sindicato nacional da categoria docente, o ANDES-SN, que empunhou a defesa do tripé como importante trincheira de suas lutas.

O confronto que se desenrola no âmbito universitário expressa o caráter socialmente determinado dessa instituição. Com efeito, os posicionamentos discordantes e até contraditórios expressam as contradições que caracterizam a sociedade capitalista. A instituição universitária é, pois, espaço transpassado por contradições ao veicular as ideologias dominantes e, ao mesmo tempo, criar possibilidades da crítica teórica e política ao *status quo*. Essa contradição aparece mais fortemente no setor público, razão porque as ideias dominantes escolhem estas instituições para dirigir suas ácidas críticas sob a alcunha de improdutivas, ineficientes e ineficazes. Do ponto de vista prático, os governos



neoliberais desataram forte ataque a estas instituições por meio do sucateamento de suas estruturas físicas, do garroteamento de verbas, da falta de professores e profissionais técnico-administrativos e da crescente precarização do trabalho. Ao mesmo tempo, puseram em marcha mudanças legais e institucionais que favorecem o crescimento do setor privado, inclusive pela transferência de fundos públicos.

O artigo objetivo refletir sobre a evolução recente do ensino superior no Brasil à luz da literatura específica e, ainda, apresentar alguns dados sobre o caso do Estado do Ceará, evidenciando a participação da iniciativa privada e pública (estadual e federal) na oferta de ensino superior.

## **2. BREVE ANÁLISE DO CENÁRIO CONTEMPORÂNEO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

No período recente da história do Brasil, os governos têm seguido orientações do capital estrangeiro e de organismos internacionais como Banco Mundial e FMI segundo as quais a preocupação deve se deter nos níveis fundamental e médio de educação. O ensino superior, além de muito custoso para países emergentes, pode ser mais eficiente se gerido segundo os cânones da empresa privada e, de preferência, sob sua iniciativa e responsabilidade. Segundo Haddad (2008, p. 12),

o setor de serviços é um dos setores de interesse da Organização Mundial do Comércio; nele a educação é um dos serviços disponibilizados para fins de comercialização internacional e diminuição de barreiras (...) o ensino privado é um mercado crescente no setor de serviços, crescente e rentável. No mundo inteiro, os interesses privados sobre esse bem público vêm ocupando espaço, pressionando legislações nacionais e internacionais, ampliando o mercado em cada país e no contexto internacional.

Guiada pelos princípios de eficiência e eficácia, a reforma universitária imprimiu mudanças significativas no ensino superior público, que podem ser resumidas assim: I) iniciou um processo de redução das grades curriculares tendo por norte a adequação aos interesses do mercado, o que tem resultado no aligeiramento da formação superior; II) o financiamento foi atrelado a ajustes nas universidades que lhes permitam expandir a oferta de vagas e aumentar a razão alunos/professores; III) diversificou-se a estrutura



institucional do ensino superior criando as condições para o vertiginoso aumento de institutos, centros universitários e faculdades isoladas.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), que concede isenções fiscais a empresas educacionais, juntamente com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) expressam bem a opção de fortalecimento do setor privado, injetando recursos do fundo público. Estas políticas constituem fortes indutores do vertiginoso crescimento do ensino privado, conforme mostrado no censo universitário de 2009: entre 2001 e 2009 as matrículas totais em cursos de graduação presenciais cresceram 196,1%; no setor público o crescimento foi de 161,3% e no privado, de 211,8%; em 2001 o setor público tinha participação de 31,1% contra 68,9% no privado; há uma alteração nesses índices para 25,6% e 74,4% respectivamente em 2009; em 2001, 99,8% das matrículas são na modalidade presencial, decaindo para 85,9% em 2009; no mesmo período, as matrículas no ensino à distância saem de 5.359 para 838.125, exibindo crescimento de 15.639,6%.

Tomando o período de 1991 a 2010, constata-se a seguinte situação: a) o crescimento no setor público foi de 241,31% e no privado, de 415,65%; b) em 1991, o setor público tinha participação nas matrículas da ordem de 38,70% contra 61,30% no privado; em 2010, esses índices são 26,82% e 73,18%, respectivamente. Ou seja, em 1991 num total de 1.565.056 matrículas no ensino superior no Brasil, 959.320 eram no setor privado, contra 605.736 no setor público. Já em 2010 há um maior distanciamento entre esses dois setores, ficando o setor público com 1.461.696 matrículas e o setor privado com 3.987.424 matrículas. Percebe-se claramente o predomínio do setor privado. No Brasil, tínhamos em 1995, 210 instituições públicas, e em 2010 esse número subiu para 278, representando um crescimento de 132% no período; já o setor privado, saiu de 684 instituições para 2100 no mesmo período analisado, ou seja um crescimento da ordem de 307%.

Mudança significativa acontece também com a educação tecnológica a partir do programa Brasil Profissionalizado lançado pelo governo federal em 2007. Este programa tem o objetivo de fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, através do repasse de recursos para que os estados invistam na criação, modernização e expansão das redes públicas de ensino médio integrado à educação profissional, como forma de integrar o conhecimento do ensino médio à prática. Embora embasada em



gritante *déficit* de qualificação dos trabalhadores brasileiros, essa iniciativa é criticável não apenas pelas más condições materiais e culturais em que a formação é desenvolvida, mas também porque serve como justificativa para o descaso com as universidades públicas – julgadas ineficientes e distantes das exigências do mercado.

## 2.1 O Ceará nesse cenário

O protagonismo privado se verifica também no Estado do Ceará, embora sua prevalência se observe com certo atraso em comparação com o Brasil, pois somente a partir de 2005 a iniciativa privada ultrapassa a pública no tocante aos matriculados no ensino superior. O quadro 1 mostra que em 1991 o setor privado detinha apenas 27,34% das matrículas e o público 72,66%; estas proporções se alteram drasticamente ao ponto de, em 2010, o setor privado abocanhar 60,35% das matrículas contra 39,65% do setor público. No que respeita às matrículas totais ofertadas no ensino público, as universidades estaduais cearenses (UECE, UVA e URCA) tiveram importante participação, detendo praticamente a metade da oferta – a outra metade ficou por conta da UFC e do Instituto Federal. O quadro 1 mostra, todavia, que as estaduais perderam em dinamismo durante as últimas duas décadas, pois em 1991 elas detinham 56,81% das matrículas totais no setor público, índice que caiu para 51,13 em 2010. Quando analisada a variação percentual no período, nota-se que as estaduais tiveram crescimento de 197,48% enquanto o setor federal cresceu 248,28%.

<b>Quadro 1: Evolução Matrículas em cursos de graduação presenciais por categoria administrativa - Ceará 1991-2010 em Δ %</b>								
AN O	TOTA L	PRIVAD O	PÚBLICO			PRIVAD O %	PÚBLIC O %	ESTADUAL/PÚBLI CO %
			Feder al	Estadu al	Total			
199 1	37.904	10.363	11.89 4	15.647	27.54 1	27,34	72,66	56,81
201 0	152.43 0	92.000	29.53 0	30.900	60.43 0	60,36	39,64	51,13
Δ %	402,15	887,77	248,2 8	197,48	219,4 2	XXXX	XXX	XXX

Fonte: INEP - Censo do ensino superior. Elaboração dos autores



O vertiginoso crescimento do setor privado nas últimas duas décadas fica mais visível em termos relativos. Com efeito, no período analisado, as matrículas totais cresceram 402,15%, crescimento que se comportou da seguinte forma: o setor público evoluiu positivamente em 219,42% enquanto o privado elevou-se positivamente da ordem 887,77%. Ainda em termos relativos, merece destaque a pronunciada queda da participação do setor público no total de matrículas, que saiu de 72,66% no primeiro ano da série analisada para 39,64% no fim do período em destaque. No setor privado ocorreu o inverso: de uma participação de 27,34% cresceu para 60,36% no período.

Outro dado importante diz respeito à evolução do número de instituições. Segundo o censo universitário, no ano de 1995 havia 4 instituições públicas de ensino superior no Estado do Ceará e em 2010 havia sido criada uma nova universidade. No setor empresarial haviam 4 instituições em 1995 e em 2010 esse número já era de 43, crescimento de ultrapassa 1000%, reforçando a tese da mercantilização do ensino superior. Crescimento de tal monta se deve ao fraco sistema regulatório, que praticamente permite a abertura de instituições privadas em condições mais que duvidosas, e as reformas legais já aludidas, que tiveram por objetivo facilitar a criação de empresas educacionais por meio da diversificação (universidades, centros universitários, faculdades isoladas, institutos superiores).

Os dados são suficientes para inferir que os seguidos governos estaduais têm demonstrado grande desinteresse pelo sistema de ensino superior estadual, fato que se revela nos pronunciamentos públicos dos governantes ao invocarem a Constituição Federal e afirmarem que sua obrigação é com o ensino médio, sendo o nível superior da alçada da União. Ao mesmo tempo em que se desobriga das funções de investir nas estaduais, o governo cearense tornou-se importante protagonista da integração do ensino médio e profissionalizante no âmbito do programa Brasil Profissionalizado. Em 2008, a Secretaria de Educação (SEDUC) celebrou contrato com a União para a construção de escolas profissionalizantes nos principais polos de desenvolvimento do Estado, com o fim de formar a mão de obra existente consoante exigências do mercado de trabalho. Criou-se, assim, a rede estadual de Escolas de Educação Profissional – EEEP, que passa a integrar a política estadual para as juventudes, com o objetivo de diversificar a oferta do Ensino Médio, visando sua articulação com a educação profissional e com a continuidade



dos estudos, através das 92 EEEP, atualmente em funcionamento, localizadas em 71 municípios cearenses. (SEDUC)

Inferimos, pois, que na esteira da valorização do ensino médio integrado, o governo do Estado tem desprezado as universidades estaduais sob o argumento de que o ensino superior é responsabilidade da União, tese que esconde outros determinantes dos quais destacamos: 1º) a estruturação do ensino integrado tem por base investimentos da União e contrapartidas estaduais, o que o torna menos dispendioso para o erário estadual; 2º) a formação de nível técnico pode responder a necessidades localizadas postas pelos empreendimentos empresariais em curso, nos quais se destacam o complexo portuário do Pecém, a expansão do agronegócio e instalação da refinaria de petróleo; 3º) a formação profissional visa ao emprego juvenil, o que tem forte apelo ideológico em face dos altos índices de desocupação no seio da população jovem; 4º) dadas estas funcionalidades, o ensino profissionalizante detém maior apelo eleitoral e legitimador da ação do governante.

### 3. O CASO DA UECE

A Fundação Universidade Estadual do Ceará – FUNECE constitui personalidade jurídica de direito público, criada pelo decreto nº 11.233 de 10 de Março de 1975. Originou-se pela unificação da Escola de Administração do Ceará, Faculdade de Veterinária do Ceará, Escola de Serviço Social de Fortaleza, Escola de Enfermagem São Vicente de Paula, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos, anteriormente vinculadas a Universidade Federal do Ceará. Hoje, a UECE conta com uma estrutura de dois campi na capital, e seis unidades no interior do estado, que atendem a uma demanda de cerca de dezoito mil estudantes e conta com 1.123 docentes, dos quais 881 são efetivos e 242 são substitutos. Abrange diversas áreas do conhecimento, principalmente visando à formação de futuros professores.

Nesse artigo, interessa salientar alguns dos principais problemas vividos na instituição no contexto há pouco descrito. Tomemos o problema da carência de professores e técnico-administrativos. Quanto aos técnicos- administrativos destaca-se o fato de nunca ter sido realizado concurso nessa área. Em audiência ocorrida em 03 de



Outubro de 2012 na SECITECE, a representante do sindicato dos servidores da UECE (Sinsesc), Liana Rabelo, registrou que a UECE conta com apenas 385 funcionários de carreira e 400 terceirizados (SINDUECE, 2012). Já em outra audiência, desta vez com o governador do estado, realizada no dia 14 de novembro de 2012, a sindicalista destacou que, em 1991, a proporção entre o número de alunos e o de funcionários é de 13 para 1, razão que em 2012 alcança 62 alunos para 1 servidor. (SINDUECE, 2012).

A carência de professores vem sendo remediada ao longo das duas últimas décadas pela contratação de professores substitutos, como demonstra os dados há pouco anotados. Importante realçar que essa prática se faz ao arrepio da legislação específica, pois consoante determina a Lei Complementar número 14/1999, a contratação de professores substitutos dever-se-ia efetivar para repor mão de obra para os seguintes casos de afastamento de efetivos: licença para tratamento de saúde, licença gestante, quando se tem doente na família, para tratar de assuntos particulares e para afastamento para realizar mestrado e doutorado. Numa tentativa de legalizar a ilegalidade, o chefe do executivo fez tramitar e aprovar na Assembleia Legislativa a Lei Complementar número 105/ 2011 que permite ampla liberdade para a contratação de professores temporários, alegando os seguintes casos: cobrir a demanda de urgência das Universidades Estaduais, quando não houverem sido ainda criados cargos efetivos para provimento ou até que se ultimem as providências necessárias à realização e finalização das etapas do concurso público. Desnecessário delongar sobre o caráter essencialmente deletério da carência crônica de professores de carreira e a massiva presença de substitutos para o desenvolvimento do tripé ensino, pesquisa e extensão.

No período de 2000 a 2010 foram criadas somente 249 vagas para professor efetivo, ao mesmo tempo em que a UECE ofertou 963 vagas para professores substitutos e 63 vagas para professores visitantes. Segundo informe da reitoria da UECE, em 2012 a não realização de concursos gerou uma carência de 354 professores efetivos na instituição, o que tem acarretado problemas em vários âmbitos na universidade. Nota-se que existe uma ação deliberada de sucateamento das estaduais, a começar pela não realização de concursos para suprir vagas de professores e servidores que morreram, aposentaram-se ou saíram da instituição. Do ponto de vista financeiro, essa política





representa economia para os cofres estatais na medida em que um professor substituto recebe salários abaixo de 50% dos vencimentos dos efetivos.

Segundo relatórios da pró-reitoria de pesquisa, a Uece contava 497 bolsas de iniciação científica no ano de 2008, número que cresceu para 803 bolsas em 2011, representando um significativo aumento de 161,5% em 4 anos. Esse crescimento, todavia, nem de longe responde às necessidades da instituição, porquanto num universo de mais de 18 mil alunos de graduação apenas 4,87% em 2011 e 2,92% em 2008 inseriam-se no programa de iniciação científica. Esta é prova prática de que a imensa maioria do alunado, mais de 95%, sai da universidade sem ter participado de atividades de pesquisa. Na esfera da pós-graduação *strictu sensu*, a política não é diferente, pois no semestre atual vários mestrados, a exemplo do de História e Serviço Social, as novas turmas iniciaram seus cursos sem nenhuma bolsa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico- FUNCAP.

#### 4. CONCLUSÕES

O processo de mundialização do capital e a implantação das políticas neoliberais implicaram na privatização dos espaços e fundos públicos, bloqueando a universalização de direitos de cidadania. Como se demonstrou, o ensino superior sofreu drasticamente os efeitos dessa nova fase do capitalismo e das políticas neoliberais, seja pela retração relativa do Estado na expansão da universidade, seja pela transferência de fundos estatais para o setor privado ou pela flexibilização de leis com o fim de facilitar a abertura e disseminação de empresas de ensino superior. É nesse contexto que a expansão do ensino superior é protagonizada, fundamentalmente, pelo setor privado, inclusive beneficiado com financiamento público por meio de parcerias público/privado como a PROUNI. Destaque-se o gigantesco crescimento da educação à distância, mormente no setor privado, prova prática da opção pela formação aligeirada e em serviço, respondendo aos imperativos do mercado capitalista.

Por outro lado, a universidade pública tem sido invadida pela lógica da racionalidade empresarial, o que tem resultado no produtivismo acadêmico, na redução do tempo de curso e das respectivas grades curriculares, na imposição de contratos de



gestão a exemplo do REUNI, sob a alegação do atendimento às demandas do mercado. Isto tem prejudicado a função essencial da universidade pública enquanto instituição social vocacionada ao desenvolvimento da cultural universal, do conhecimento científico comprometido com os prementes problemas do nosso povo. Nessas condições é a própria liberdade de criação, de estudo e pesquisa que vê constrangida por interesses exógenos chamados de demandas do mercado, mas que pode ser traduzidas como o exercício do poder do grande capital.

Os governos do Estado do Ceará têm sido protagonistas importantes das mudanças orientadas ao crescimento econômico e ao mercado, reproduzindo localmente as políticas advindas do Consenso de Washington. Sua ação tem repercutido negativamente no âmbito da Universidade Estadual do Ceará notadamente no que respeita ao financiamento e à contratação de pessoal. Como demonstrado, a UECE convive com carência crônica de professores e servidores, além de um ínfimo acesso a bolsas de iniciação científica, o que causa prejuízos de grande monta para a instituição e, em especial, para as pessoas (estudantes, professores e servidores). Citamos aqui os pontos de estrangulamento da instituição, mas a problemática enfrentada no cotidiano remete a outras dimensões que devem ainda ser apreendidas e analisadas no curso dessa pesquisa.

## REFERÊNCIAS

CEARÁ. Lei Complementar nº 14/99. Dispõe sobre contratação, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária excepcional de interesse público pelas universidades estaduais. **Diário Oficial do Estado**, CE 15 set.1999.

\_\_\_\_\_.LEI COMPLEMENTAR Nº105, de 21 de dezembro de 2011. Acresce e altera dispositivos à Lei Complementar nº14, de 15 de setembro de 1999, e dá outras providências. . **Diário Oficial do Estado**, CE, 21 dez. 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

HADDAD, Sergio. **Banco mundial, OMC e FMI e o impacto nas políticas educacionais**. São Paulo, Cortez Editora, 2008.

SEDUC. **Educação profissional**. Disponível em: <http://www.seduc.ce.gov.br/index.php/educacao-profissional>. Acesso em 13 abr. 2013.



SILVA, Franklin Leopoldo e. **Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública.** Estudos avançados 15 (42), 2001. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a15.pdf>> acesso em 20 maio. 2011

SINDUECE. **UECE: demandas do movimento dependem de Cid Gomes** Disponível em: <http://www.sinduece.org.br/blog/sinduece-blog/categoria/informes/uece-demandas-do-movimento-dependem-de-cid-gomes>. Acesso em 01 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. **Relatório da audiência com o governador Cid Gomes.** Disponível em: <http://www.sinduece.org.br/blog/sinduece-blog/categoria/informes/adencia-com-o-governador-cid-gomes>. Acesso em 20 mar. 2013.

[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)

[www.uece.br](http://www.uece.br)